



Hipercapilaridade das finanças no território e pobreza como fronteira de expansão do capital: apontamentos sobre agências bancárias comunitárias no Brasil

Caio Zarino Jorge Alves
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP
caio.zarino.alves@usp.br

Introdução

Segundo Guttman (2008, p. 15), a reestruturação produtiva e urbana decorrente da crise de sobreacumulação de meados dos anos de 1970 forjou um “triplo impulso” consubstanciado, por um lado, pelos fenômenos da desregulamentação e liberalização financeira e, por outro lado, pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Como parte dessas transformações que tiveram por finalidade superar os entraves relativos ao processo de acumulação, o deslocamento da indústria para as finanças como polo dominante estabelece a sujeição de estados, empresas e indivíduos ao endividamento, na medida em que atribui a eficácia da acumulação via espoliação (ou despossessão) (HARVEY, [2003] 2013) aos mecanismos de crédito.

Como fenômeno que sintetiza aspectos importantes deste conjunto de transformações, a instalação de agências de instituições financeiras como o Banco do Brasil, o Santander e o Bradesco em áreas historicamente caracterizadas pelo ambiente construído com baixo teor de técnica, ciência e informação “embutido” – como Paraisópolis, em São Paulo, e Complexo do Alemão e Rocinha, no Rio de Janeiro – aponta para novas formas de relação de populações de baixa renda, tipicamente vinculadas ao circuito inferior da economia urbana, com as finanças.

Assim, buscaremos neste trabalho apontar de forma inicial conexões possíveis entre o fenômeno da criação dessas agências bancárias comunitárias de bancos múltiplos no território brasileiro e dois processos socioespaciais representativos da atual configuração do modo capitalista de produção, definida como “capitalismo dirigido



pelas finanças” (GUTTMANN, 2008) ou “economia da dívida” (LAZZARATO, [2011] 2013).

Em primeiro lugar, a distribuição mais ubíqua de novos fixos geográficos bancários (como, por exemplo, as agências comunitárias) para atender ao imperativo de incremento da população bancarizada parece estar associado ao quadro de hipercapilaridade das finanças no território (CONTEL, 2006). Isso significa que a constituição de redes bancárias prevê uma relação mais profunda do território com as finanças a partir tanto de uma diversidade significativa de fixos geográficos quanto de novos produtos financeiros – neste caso direcionados a uma população de baixa renda historicamente excluída do sistema bancário institucional.

Em segundo lugar, o advento de agências bancárias comunitárias parece estar também associado à estratégia traçada em meados dos anos 1990 pelo Grupo Consultivo para Auxílio dos Pobres (CGAP, em inglês) – vinculado ao Banco Mundial –, cujo objetivo era promover a absorção de frações importantes de capitais excedentes, a partir da inclusão financeira dos dois bilhões mais pobres do mundo – considerados a base da pirâmide. Neste sentido, o aparato institucional em questão estabeleceu um “Consenso de Washington da Pobreza” (ROY, 2010), em que a dívida como mercadoria principal faz da pobreza a nova fronteira de acumulação do capital (2010).

Restruturação econômica e a criação dos bancos múltiplos

Como fixos geográficos que compõe a estrutura organizativa dos bancos múltiplos, as “agências comunitárias” dessas instituições parecem se apresentar como um dos desfechos atuais da “hipercapilaridade das finanças no território”. Entendemos que os processos que culminam neste quadro atual podem ser identificados desde o momento da regulamentação dos bancos múltiplos no país.

Criados no Brasil por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n. 11 542, de 21 de setembro de 1988, os bancos múltiplos têm a prerrogativa de executar, sob uma única personalidade jurídica, um conjunto de operações antes exclusivas a tipos específicos de instituições financeiras, focadas em nichos de mercado rigidamente delimitados. Tal ação diversificada é conferida aos bancos múltiplos sob a forma de carteiras, desde que cada instituição apresente ao menos duas – entre a)



comercial, b) de investimento, c) de crédito imobiliário, d) de crédito, financiamento e investimento, e e) de arrendamento mercantil – e uma delas seja, obrigatoriamente, a carteira comercial ou de investimento.

Assim, os conglomerados bancários – que até então se estruturavam pela participação no controle que os bancos comerciais, enquanto *holdings*, detinham de instituições de outros tipos (como, por exemplo, bancos de investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento) – puderam assumir uma única forma institucional, denominada de bancos múltiplos (REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA, n.1 de 1973).

Ao considerarmos o impacto da criação dos bancos múltiplos para a divisão do trabalho bancário até então vigente, nota-se que a topologia dessas instituições parece representar realizações particularizadas dos principais vetores concernentes à dimensão da totalidade (do modo de produção contemporâneo) no âmbito da formação socioespacial brasileira.

Além da própria criação dos bancos múltiplos poder ser enquadrada como uma medida emblemática da desregulamentação financeira no país, a conformação de amplas redes bancárias por parte dessas instituições também parece se relacionar com as formas específicas pelas quais os imperativos da liberalização econômica – desregulamentação externa – e da reestruturação da rede urbana se realizam no território.

Editado como uma maneira de conformar um “ambiente de investimento” atrativo para agentes socioeconômicos hegemônicos no país (CONTEL, 2006), o Programa Brasileiro de Estabilidade Econômica (Plano Real) estimulou a participação de bancos estrangeiros em processos de fusões, aquisições e incorporações de instituições financeiras nacionais, concentrando ainda mais o sistema bancário.

Restrução urbana, topologia dos bancos múltiplos e hipercapilaridade das finanças no território

Como corolário da desregulamentação e liberalização financeira, ganha impulso a formação de redes bancárias configuradas pela dispersão territorial de um crescente número de agências subordinadas a uma quantidade cada vez mais reduzida de sedes

(DIAS, 2009; CORRÊA, 1989). Essa dinâmica socioespacial, por sua vez, parece se associar aos vetores da reestruturação urbana na dimensão da totalidade, cujo processo concomitante de dispersão-concentração de atividades econômicas estrutura redes urbanas hierárquicas, integradas pelos fluxos imateriais do território, na medida em que

os objetos geográficos [...] são, cada dia que passa, mais carregados de informação. E a diferenciação entre eles é tanto a da informação necessária para trabalhá-los, mas também a diferenciação da informação que eles próprios contêm, em virtude de sua própria realidade física (SANTOS, [1993] 2009, p. 40).

Essa diferenciação da lógica de distribuição de distintos fixos geográficos do setor financeiro com base no tipo de informação com a qual trabalham – e na decorrente posição assumida na rede urbana (de comando ou subordinação) – estabelece um quadro em que “uma cidade aparece como local da sede social de bancos [...], enquanto outras, via de regra menores, constituem locais onde estão as agências subordinadas à sede, as filiais” (CORRÊA, 1989, p. 17).

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, uma possível realização particularizada dos imperativos da reestruturação econômica – desregulamentação e liberação financeira – e urbana – concomitância entre os processos de dispersão-concentração espacial – a partir da topologia dos bancos múltiplos parece ser constatada pelo aumento de aproximadamente 43% do número de agências dessas instituições no território nacional entre os anos de 1998 e 2013, ao passo que a quantidade de sedes teve uma redução de cerca de 22% no mesmo período; conforme apresentado pela Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil: Quantidade de bancos múltiplos e agências bancárias (1998 e 2013)

	1998	2013	Variação
Sedes	173	134	-22,50%
Agências	16 002	22 918	+43,20%

Fonte: Relatórios do Banco Central do Brasil, Anos 1998 e 2013.

Além da possível distribuição mais ubíqua das agências bancárias no território, os avanços substanciais das “redes-suporte” e das “redes-serviço” (DIAS, 1996)

atreladas às tecnologias de informação e comunicação¹ parecem viabilizar também: a) a rápida disseminação do uso do cartão de crédito – como um objeto técnico que permite a pulverização da “relação credor-devedor” em nosso cotidiano² –, b) a difusão dos postos de atendimento bancário e caixas automáticos com funções cada vez mais complexas, c) o incremento substancial do uso de canais eletrônicos por parte dos clientes. É pela constatação desses processos que Contel (2006) caracterizou a crescente acessibilidade da população aos serviços bancários em decorrência do quadro de “hipercapilaridade das finanças no território”.

Hipercapilaridade das finanças no território e a pobreza como fronteira de expansão do capital: as agências comunitárias dos bancos múltiplos

Esse incremento das relações entre as finanças e o território se revela não apenas pelos novos produtos bancários ou diversificação dos fixos geográficos e objetos técnicos direcionados aos clientes já existentes, mas também, e fundamentalmente, pela “inclusão financeira” mediante o alcance de setores da população até então desassistidos pelas instituições financeiras formais.

Assim, tal relação entre os fenômenos da “hipercapilaridade das finanças no território” e a “inclusão financeira” se torna inteligível, entre outras coisas, pelos dados recentes de bancarização da população brasileira. Conforme apresentado pela Tabela 2, entre os anos de 1999 e 2010 há um grande aumento do número de contas-corrente e poupança no território brasileiro, em concomitância ao incremento da população bancarizada: se em 1999 havia 3,36 habitantes por cada conta-corrente, em 2010 a relação passou a ser de apenas 1,3.

Tabela 2 - Quantitativo de contas-corrente e poupança (1999, 2005 e 2010)

	1999	2005	2010
N. de contas-corrente (milhões)	49,9	95,1	141,3

¹ “Enquanto meio técnico, a rede-suporte multiplica as possibilidades de circulação da informação, sem a priori definir nenhuma orientação particular. Ao contrário, a organização das redes-serviço reflete uma forma de sociedade, uma estrutura de poder, que age seletivamente.” (DIAS, 1996, p. 124). Como rede-suporte pode-se destacar, por exemplo, o sistema de telecomunicações por satélite BRASILSAT I e BRASILSAT II, enquanto o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) se enquadra como rede-serviço.

² Segundo Lazzarato ([2011] 2013, p. 23), “o cartão de crédito é o meio mais simples de transformar o seu portador em devedor permanente”, na medida em que “carregamos em nossos bolsos e carteiras a relação credor-devedor inscrita nos circuitos do chip do cartão de crédito.” (tradução nossa).

N. de contas-poupança (milhões)	41,6	70,8	97,2
População (milhões)	167,9	181,3	190,7
Relação população / contas-corrente	3,36	1,9	1,3

Fonte: Relatórios Anuais da FEBRABAN, 1999 e 2010; IBGE: Estimativas Populacionais, 1999, 2005 e 2010.

No caso dos bancos múltiplos, a intensificação da busca pelo aumento de população bancarizada culmina também na estratégia de instalação de “agências comunitárias” em áreas metropolitanas historicamente marcadas pela pobreza urbana, expressa, principalmente, na densidade populacional dos que “não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade.” (SANTOS, [1979] 2008).

O caso, por exemplo, da agência do Banco do Brasil fixada em Paraisópolis, no município de São Paulo, desde 2010, parece indicar esse fenômeno em que “o consumo dos pobres passa a realizar-se crescentemente no circuito superior, embora sua localização revele que se trata de lugares característicos do circuito inferior.” (SILVEIRA, 2009, p. 71).

Com base na operacionalização das diretrizes de “Desenvolvimento Regional Sustentável Urbano (DRS Urbano)” formuladas pelo Banco do Brasil, a agência de Paraisópolis apresenta particularidades em relação às agências “tradicionais”³. A partir de um quadro reduzido de funcionários (seis pessoas, entre gerente geral e jovem aprendiz), atende um número estimado de 2 000 correntistas e 500 tomadores de empréstimos por meio, principalmente, do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)⁴. Com o objetivo geral de tirar a população da “informalidade”, esse instrumento financeiro estimula os responsáveis por comércios e serviços a criarem CNPJ, comprarem e venderem com notas fiscais, utilizarem máquinas para realização de compras por meio de operações de débito/crédito, etc. Além dessa unidade em Paraisópolis, o Banco do Brasil possui três “agências comunitárias” no Rio de Janeiro – no Complexo do Alemão, na Cidade de Deus e na Rocinha – e no município de Luziânia (Goiás) – no Jardim Ingá. Outros bancos múltiplos, como o Bradesco e o

³ Informações obtidas em entrevista com o gerente da agência do Banco do Brasil de Paraisópolis (São Paulo), quando da realização de trabalho de campo em 2013.

⁴ Essa linha especial disponibiliza quantias pequenas e médias de crédito à população de baixa renda (pessoa jurídica – microempreendedor individual e micro empresa – e física), por meio de prazos e taxas de juros menores do que o usual (seis meses e 0,4% ao mês, respectivamente).

Santander, também apresentam agências bancárias que atendem a essa lógica locacional e perfil operacional específico⁵.

O advento dessas “agências comunitárias” dos bancos múltiplos como estratégia mais “ostensiva” para incrementar as taxas de bancarização da população parece se constituir não apenas como uma manifestação da “hipercapilaridade das finanças no território”, mas também como realização particularizada de ao menos dois vetores relativos à totalidade do modo de produção capitalista contemporâneo.

Em primeiro lugar, esses fixos geográficos parecem demonstrar adaptações da topologia das instituições financeiras no sentido de expandir sua ação em meio às características atuais da estrutura urbana derivada da reestruturação: o espraiamento e a fragmentação (LENCIONI, 2008). Por um lado, fragmentos da metrópole são reestruturados para atrair megaprojetos⁶ ou enclaves fortificados⁷, concentrando espacialmente os agentes do setor quaternário da economia⁸. Por outro lado, essa mesma segregação se revela pela condição de pobreza e imobilidade de grande parte de seus moradores, que desenvolvem estratégias de sobrevivência baseada na produção e consumo advindo da relação imediata com o ambiente construído circundante, pouco intenso em ciência, tecnologia e informação.

⁵ Enquanto o Bradesco tem “agência comunitária” também na Rocinha, por exemplo; o Santander está presente na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, além do Complexo do Alemão, na mesma cidade, e Paraisópolis, em São Paulo.

⁶ Megaprojetos são “[...] torres ou conjuntos de edifícios de grande porte, de alto padrão, com acabamentos sofisticados e tecnologia de construção dita “avançada”, destinados a uso corporativo ou a mais de um tipo de uso (conjugando atividades de escritórios, serviços, flats, hotéis, moradia, espetáculo, consumo, lazer, etc.), com tendência à auto-suficiência em relação à cidade e a seus espaços públicos” (FIX, 2007, p. 13).

⁷ “Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados, monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. [...] Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante.” (CALDEIRA, [2000] 2011, p. 11-12).

⁸ O setor quaternário caracteriza-se pela ação de conceber, criar, interpretar, organizar, dirigir, controlar e transmitir, com a colaboração do meio científico e técnico, conferindo a esses atos um valor econômico. Sua atividade dominante é a criação” (TOMELIN, 1988, p. 37). Estas mesmas atividades são classificadas por Saskia Sassen ([2007] 2010) como serviços corporativos avançados e representam “as atividades financeiras, de seguros, imobiliárias, de consultoria, de serviços jurídicos, de publicidade, design, marketing, relações públicas, segurança, obtenção e gestão de sistemas de computação” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 36).

Segundo Silveira (2009), o avanço do circuito superior sobre setores populacionais tradicionalmente vinculados ao circuito inferior pela produção e/ou pelo consumo forja novas conexões neste tecido urbano segregado. É, possivelmente, este o processo que mobiliza adaptações nas agências bancárias para enfim alcançar um nicho de mercado caracterizado pela amplitude de sua demanda e pela baixa renda. Tal transformação é resumida na passagem abaixo:

O crédito bancário institucional foi historicamente burocrático, deixando extensas porções do mercado aos agiotas, isto é, a um crédito pessoal não-institucional, caro, fácil e direto. Os agentes do circuito inferior, que precisavam de liquidez, tornavam-se uma clientela cativa e dependente, e o agiota era um traço de união na economia urbana. As instituições financeiras bancárias e não bancárias passam a cumprir esse papel. Podemos dizer que, hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos. (SILVEIRA, 2009, p. 69).

Em segundo lugar, o advento das “agências comunitárias” dos bancos múltiplos parece, então, se enquadrar como realização específica do vetor da totalidade caracterizado por Roy (2010) como “Consenso de Washington da Pobreza”. Esse termo congrega as diretrizes firmadas pelo Grupo Consultivo para Auxílio dos Pobres⁹ (sigla CGAP, em inglês) – criado pelo Banco Mundial em 1995 – para instrumentalizar a microfinança como “uma indústria cuja mercadoria que está sendo produzida, comercializada e valorizada é a dívida.” (tradução nossa). (ROY, 2010, p. 53).

O microcrédito como mero instrumento para a “inclusão financeira”, em detrimento do “crédito como direito humano”¹⁰, ganha destaque com ação dos Estados e empresas no sentido de externalizar os custos e riscos relativos à esfera da “reprodução das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). Nesse contexto, impõe-se aos indivíduos a dimensão do mercado como única via de acesso a condições básicas de vida, ao mesmo tempo em que se sujeita a existência desses à “economia da dívida”. É por meio da “generalização da relação credor-devedor” que se constitui a figura “homem endividado” (LAZZARATO, [2011] 2013) – com incidência transversal a

⁹ Ao difundir uma psicoesfera que exalta o empreendedorismo e a figura do empresário de si mesmo, o CGAP caracteriza a microfinança como mero instrumento pelo qual se dá a inclusão financeira da “base da pirâmide” (composta pelos dois bilhões mais pobres do mundo).

¹⁰ Essa perspectiva é defendida por Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen em Bangladesh e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006 em função da experiência dessa instituição (ROY, 2010; HARVEY [2012] 2014; ROLNIK, 2015).

trabalhadores, desempregados, aposentados, beneficiários de programas assistenciais, etc. –, para quem a dívida revela sua subordinação às finanças.

Ao destacar essa dominação como parte de série de economias da expropriação e de práticas predatórias concernentes à esfera da reprodução da força de trabalho – para além da esfera da produção propriamente dita¹¹ –, Harvey ([2012] 2014, p. 230) situa a acumulação por espoliação (ou despossessão) como mecanismo que abre novas fronteiras para a acumulação de capital, já que “[...] o que importa é a circulação de capital no todo (e não simplesmente o que acontece no circuito produtivo)” (HARVEY, [2012] 2014, p. 231-232).

Considerações finais

Assim, tendo frisado a articulação de um conjunto de fenômenos relativos às agências comunitárias dos bancos múltiplos com os imperativos do modo capitalista de produção contemporâneo, indicamos uma aproximação inicial possível entre o incremento da população bancarizada e o imperativo da acumulação via espoliação (ou despossessão) (HARVEY, [2003] 2013), em que a pobreza se configura como nova fronteira de mercado (ROY, 2010).

Por um lado, a expansão do crédito como instrumento de “inclusão financeira” parece alavancar o consumo de setores que até então tinham seus vínculos limitados, basicamente, ao circuito inferior da economia (SANTOS, [1979] 2008), composto pelos estabelecimentos que utilizam as características do meio ambiente construído circundante para oferecer bens e serviços com baixo teor de capital, técnica e organização à ampla população que necessita de condições básicas de sobrevivência e não tem acesso ao circuito superior da economia urbana. Por outro lado, esta inclusão financeira pode subordinar às finanças esta população que foi abrangida como novo nicho de mercado por meio da generalização da “relação credor-devedor”. Nestes marcos, a emergência do “homem endividado” (LAZZARATO [2011] 2013), consolidaria a formação do “consumidor mais-que-perfeito” (SANTOS, [1987] 2012) em detrimento do cidadão. No bojo destes processos, as “agências comunitárias” dos

¹¹ “[...] o que importa para o conjunto da classe capitalista se o valor é extraído dos circuitos comercial e monetário, e não diretamente do circuito produtivo? [...] O valor criado na produção pode ser recuperado dos trabalhadores em benefício da classe capitalista por aluguéis altos cobrados por proprietários.” (HARVEY, [2012] 2014, p. 232).



bancos múltiplos atuariam, portanto, como verticalidades, com “efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes” (SANTOS, [1996] 2008, p. 285).

Referências bibliográficas

- ALVES, C. Z. J. *A topologia dos bancos de investimento no Brasil: primazia urbana e formação do complexo corporativo metropolitano de São Paulo*. São Paulo, 2015. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana-USP (Dissertação de Mestrado). 2015.
- ARROYO, M. M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), v. 1, p. 177-190, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual*. Brasília, 1998.
- _____. *Relatório Anual*. Brasília, 2013.
- BORJA, J. ; CASTELLS, M. *Local Y Global: La Gestion de las Ciudades em La Era de la información*. Madrid: Santillana, S.A. Taurus, 1997.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000.
- CONTEL, F. B. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo. Departamento de Geografia - FFLCH/USP (Tese de Doutorado). 2006.
- CORRÊA, R. L. Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 51(2), 1989.
- DIAS, L. C. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: Castro, I. et al. (Org.). *Brasil: Questões Atuais de Reorganização do Território*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1996.
- _____; LENZI, M. H. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. In: *Caderno CRH: Finanças, Política e Território*. Bahia: Centro de Recursos Humanos e Universidade Federal da Bahia, v. 22, n. 55, p. 97-117, 2009.
- FIX, M. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 82, p. 11-32, 2008.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, [2012] 2014.



- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, [2003] 2013.
- LAZZARATO, M. *La fábrica del hombre endeudado: ensayo sobre la condición neoliberal*. Buenos Aires: Amorrortu, [2011] 2013.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LENCIONI, S. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, v. 39, p. 7-20, 2008.
- REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: n. 11 de 1973.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROY, A. *Poverty capital: microfinance and the making of development*. New York: Routledge, 2010.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, [1979] 2008.
- _____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: EDUSP, [1993] 2009.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, [1987] 2012.
- SASSEN, S. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, [2007] 2010.
- SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. In: *Caderno CRH: Finanças, Política e Território*. Bahia: Centro de Recursos Humanos e Universidade Federal da Bahia, vol. 22, nº55, 2009, p. 65-76.
- TOMELIN, M. *O Quaternário: seu espaço e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.